

**OBJETIVO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL : COMPREENDENDO
CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS NO CONTEXTO DA GESTÃO
CAPITALISTA DO TERRITÓRIO**

**SUSTAINABLE DEVELOPMENT GOAL 11: UNDERSTANDING
SUSTAINABLE CITIES AND COMMUNITIES IN THE CONTEXT OF
CAPITALIST TERRITORY MANAGEMENT**

**OBJECTIF DE DÉVELOPPEMENT DURABLE 11: COMPRENDRE LES
VILLES ET LES COMMUNAUTÉS DURABLES DANS LE CONTEXTE DE LA
GESTION CAPITALISTE DU TERRITOIRE**

Amanda Severino Muniz

Discente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Mestranda em Geografia

Área de Concentração: Dinâmicas Territoriais

amandaseverinom@ufu.br

William Rodrigues Ferreira

Docente da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

Doutor em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP)

wferreira@ufu.br

Resumo: Esse trabalho discute, de forma teórico-conceitual, a compreensão do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis e seus reflexos no contexto de gestão capitalista do território. Em seu aporte teórico, aponta-se conceitos de cidade e sustentabilidade, além da apresentação do ODS-11, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU) como parte da Agenda 2030. Já em seus resultados e discussão, busca-se contestar a ideia de uma sustentabilidade posta de forma conciliatória com o modelo da gestão do território predominante. Ressalta-se na conclusão aspectos relativos à possíveis formas de se pensar e criar propostas de cidades sustentáveis.

Palavras-chave: Cidade; Desenvolvimento; Sustentabilidade; Capitalismo.

Abstract: This paper discusses, theoretically and conceptually, the understanding of the Sustainable Development Goal 11: Sustainable Cities and Communities and its consequences in the context of capitalist management of the territory. In its theoretical contribution, it points out concepts of city and sustainability, in addition to the presentation of SDG-11, proposed by the United Nations (UN) as part of the 2030

Agenda. Already in its results and discussion, it seeks to challenge the idea of a sustainability put in a conciliatory way with the model of management of the predominant territory. It is emphasized in the conclusion aspects related to the possible ways of thinking and creating proposals for sustainable cities.

Keywords: City; Development; Sustainability; Capitalism.

Résumé: Ce travail discute, de manière théorique et conceptuelle, de la compréhension de l'Objectif de Développement Durable 11 : Villes et Communautés Durables et de ses répercussions dans le contexte de la gestion capitaliste du territoire. Dans son apport théorique, il souligne les concepts de ville et de durabilité, ainsi que la présentation de l'ODD-11, proposée par l'Organisation des Nations Unies (ONU) dans le cadre de l'Agenda 2030. Déjà dans ses résultats et la discussion, on cherche à contester l'idée d'une durabilité mise en conciliation avec le modèle de la gestion du territoire dominant. La conclusion fait ressortir des aspects relatifs aux façons possibles de penser et de faire des propositions de villes durables.

Mots-clés: Ville; Développement; Durabilité; Capitalisme.

INTRODUÇÃO

No ano 2000, países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) apresentaram 08 objetivos de desenvolvimento para o período de 2000 a 2015, chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Com a implementação e sucesso dos ODM, houve um avanço no acesso à direitos fundamentais, que se desdobrou na criação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Durante a Rio+20, conferência realizada no Rio de Janeiro que discutiu a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, 193 Estados membros da organização discutiram o desenvolvimento sustentável e propuseram os ODS enquanto um apelo universal no enfrentamento dos desafios socioambientais da ONU para os próximos 15 anos. (ONU, 2022)

A partir dos pressupostos da Agenda 2030 proposta pela ONU em 2015 e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o presente trabalho tece considerações acerca da compreensão do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis e seus reflexos no contexto atual de gestão capitalista do território.

Para a construção e a realização do artigo, ampara-se sob a análise do conceito de cidade e de sustentabilidade, além de uma breve introdução sobre a implementação da ODS-11. A partir disso, busca-se contestar a ideia de uma sustentabilidade posta de forma

conciliatória com o modelo da gestão do território predominante e apresentar possíveis formas de se pensar e criar propostas de cidades sustentáveis, baseadas no apelo global da Agenda 2030.

Adotamos a pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica e documental, de cunho exploratório e crítico, com base em escritos encontrados e disponíveis em livros, capítulos de livros, artigos científicos que tratam diretamente da discussão abordada.

O presente artigo, que está dividido em Introdução, Cidade e Sustentabilidade, Sustentabilidade na Gestão Capitalista das Cidades, Considerações Finais e Referências, busca responder à seguinte problemática: é possível pensar um modelo de cidades e de comunidades sustentáveis, conforme apresenta a ODS-11, a partir de um contexto de gestão capitalista do território?

Partindo desse questionamento busca-se realizar a discussão amparando em Raquel Rolnik (1998) que delinea o conceito do que é cidade; Vizeu, Meneghetti e Seifert (2012) que realizam a crítica do conceito de sustentabilidade de forma conciliatória com o capitalismo; Ulrich Beck (2011) com seu entendimento a respeito da produção social de riscos; Hervé Kempf (2010) apontando a exclusão social que define os rumos da ampla maioria dos trabalhadores comuns; Fritjof Capra (1996) que apresenta compreensão científica sobre “organismos”, “sistemas sociais” e “ecossistemas” e, ainda, Capra (2006) no entendimento de sistemas sustentáveis possíveis; por fim, Harvey (2016) que debruça-se sobre perspectivas de um futuro a partir do humanismo revolucionário.

CIDADE E SUSTENTABILIDADE

A palavra cidade vem do latim *civitas*, originalmente “condição ou direitos de cidadão”, de *cives*, “homem que vive em cidade” (ORIGEM DA PALAVRA, 2012). Raquel Rolnik (1988, pág. 9) afirma que a cidade é um registro, uma escrita, uma materialização de sua própria história. A cidade é como ímã, ou seja, “um campo magnético que atrai, reúne e concentra os homens”, como uma obra coletiva que conecta todos seus habitantes. Pode-se dizer que a cidade atrai pessoas por suas necessidades, sejam elas religiosas, de trocas comerciais, de trabalho, de relações, etc.

A cidade também é entendida como escrita, muito especialmente pelo “desenho das ruas e das casas, das praças e dos templos”. A cidade como escrita é aquela em que o indivíduo modifica o território, configurando novas formas e conteúdos que podem ser mudados ao longo do tempo. Deste modo, escreve histórias que não se dissipam e lembranças que permanecem, sendo ela própria fonte de registro. Assim, as “formas podem ser lidas e decifradas, como se lê e decifra um texto”. (ROLNIK, 1988, pág. 13)

Ainda, a cidade é uma relação política e, por aglomerar seus indivíduos, ela força cada um a viver a vida coletiva. Portanto, “há sempre na cidade uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada” (ROLNIK, 1988, pág. 20) e, ser habitante da cidade significa “participar de alguma forma da vida pública, mesmo que em muitos casos essa participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos”. (ROLNIK, 1988, pág. 22)

A cidade também pode ser definida como mercado, pois não há, na cidade contemporânea, nenhum espaço que não seja investido pelo desenvolvimento do capitalismo. (ROLNIK, 1988, pág. 28). A “cidade do capital” é aquela marcada pela mercantilização do espaço, da terra urbana.

Assim, quem possui acesso ao espaço urbano é justamente quem tem poder concentrado em suas mãos. Esses contrastes socioeconômicos nas cidades têm implicações profundas na sua forma e no seu funcionamento.

A organização da cidade é “marcada pela divisão da sociedade em classes: de um lado os proprietários dos meios de produção, os ricos detentores do dinheiro e bens; de outro, os vendedores de sua força de trabalho, os livres e despossuídos”. (ROLNIK, 1988, pág. 39). A divisão de classes é percebida pelo “separar e reinar” da segregação urbana, “é como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais”. (ROLNIK, 1988, pág. 41).

A segregação espacial ocorre por conta das relações capitalistas e políticas discriminatórias, o desenvolvimento econômico se forma de maneira desigual entre as classes, criando as chamadas “fronteiras imaginárias, que definem o lugar de cada coisa e de cada um dos moradores”. (ROLNIK, 1988, pág. 41). Além disso, para Rolnik, a reorganização espacial, possui uma “base econômica e uma base política para sustentá-la”. (ROLNIK, 1988, pág. 51)

Como mencionado, a divisão social em classes gera uma exclusão, onde uma parte toma decisões e define os rumos da maioria dos trabalhadores comuns. A construção de uma cidade sustentável aponta uma conexão entre natureza e suas criaturas, diferentemente dos efeitos que o sistema capitalista gera. Além de estabelecer enquanto pilar fundamental, a justiça social, o cuidado com o esgotamento dos recursos naturais.

Nesse sentido, a palavra sustentabilidade surgiu após o Relatório de Brundtland, publicado no ano de 1987. O Relatório é o documento intitulado Nosso Futuro Comum (*Our Common Future*) e, com a coordenação da primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento produziu um documento no qual houve a disseminação da ideia de desenvolvimento sustentável, conceito que vinha sendo criado desde a década de 1970. O Relatório de Brundtland foi considerado um movimento inovador ao apresentar o conceito de desenvolvimento sustentável.

A palavra sustentabilidade veio após o surgimento do conceito de desenvolvimento sustentável e começou a ser pensada na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (*United Nations Conference on the Human Environment – UNCHE*), realizada em Estocolmo em 1972.

Ainda, este conceito foi trabalhado muito especialmente no ano de 2015, quando o governo brasileiro firmou compromisso e assinou a Agenda 2030 estabelecida na reunião da ONU, se comprometendo em desempenhar ações de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos (ONU, 2022). Nesta Agenda estão estabelecidos os ODS.

O Objetivo 11, objeto de estudo deste artigo, trata sobre “Cidades e Comunidades Sustentáveis – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2022). Nele, estão estabelecidas dez metas para serem cumpridas até o ano de 2030, são elas:

Meta 11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos,

melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos.

Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo.

Meta 11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade.

Meta 11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo *per capita* das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros.

Meta 11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Meta 11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento.

Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis.

Meta 11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais.

Essas metas foram pensadas a partir da estimativa de que, até o ano de 2030, 60% da população se deslocará do campo para as cidades. Por essa razão, os problemas urbanos gerados pelo crescimento desordenado deverão ser enfrentados através de um planejamento urbano que direcione esforços ao direito à moradia e políticas de

habitação, ao acesso aos espaços públicos, a ampliação de investimentos na preservação de patrimônio natural e cultural, entre outros pressupostos para um desenvolvimento sustentável.

Fugindo, portanto, da ideia de uma sustentabilidade posta de forma conciliatória com o modelo da gestão do território predominante.

SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO CAPITALISTA DAS CIDADES

Ao falar de sustentabilidade no contexto urbano, entende-se que este conceito tem se fundamentado em uma “concepção conciliatória com o capitalismo” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, pág. 570), visto que a lógica vivida pelas cidades brasileiras, se constitui na permanente expansão do mercado de terras, contribuindo expressivamente para que as mesmas se tornem mais e mais, irracionais sob perspectiva do interesse das maiorias, e na direção dos interesses de segmentos político e economicamente hegemônicos no município e na cidade.

Não existe a possibilidade de união entre uma “suposta prática ecologicamente viável” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, pág. 571), com o modo econômico capitalista, uma vez que esta conciliação é apenas uma “promessa burguesa de prosperidade social a partir do desenvolvimento capitalista” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, pág. 575).

É perceptível que “a lógica de mercado carrega consigo a contradição do desequilíbrio social” (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, pág. 577). O desenvolvimento do capitalismo produz e fomenta a crise socioambiental com a destruição predatória e perversa de ecossistemas e exploração de recursos naturais. Ulrich Beck (2011) entende que “a produção social de riqueza é acompanhada sistematicamente pela produção social de riscos”.

Em vista disto, a ideia omissa de sustentabilidade que se aproxima com o capitalismo ao fomentar o lucro, o aumento e acúmulo de riqueza a partir da exploração e deterioração dos recursos, continuará interferindo na degradação socioambiental, mesmo com um discurso de possível desenvolvimento ecológico. Apostando em alternativas para uma sociedade mais justa, é pertinente construir um pensamento crítico sobre os caminhos do desenvolvimento do capitalismo.

Ainda, na compreensão de Beck (2011), pobres e ricos vivem as ameaças produzidas pelo capitalismo. Apesar de ricos e hiper-ricos sofrerem menos, não há diferença de classe social quanto aos impactos socioambientais relacionados com a qualidade do meio ambiente (BECK, 2011). Em contrapartida, é evidente que a população com maior renda é a que faz mais uso dos recursos naturais, sendo a principal responsável pela degradação do meio ambiente através da utilização sem preocupação dos recursos naturais.

Ao complementar esta ideia, Hervé Kempf (2010) aponta que o planeta é governado por uma oligarquia que acumula renda, patrimônio e poder. Existe uma exclusão social, onde uma parte toma decisões e define os rumos da ampla maioria dos trabalhadores comuns (KEMPF, 2010). O nível de consumo material de nossa civilização é enorme e exerce uma pressão excessiva sobre a biosfera. Kempf (2010) afirma que o consumo não traz melhoras para a situação ecológica. Por isso, “na medida em que procura preservar a natureza sem reconhecer a prerrogativa de limitar o consumo e a expansão econômica das organizações (SHRIVASTAVA, 1995), a lógica dominante do desenvolvimento sustentável torna-se uma impossibilidade”. (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012, pág. 579)

Dessa maneira, “enfrentar coletivamente as múltiplas alienações que o capital produz é uma maneira convincente de se mobilizar contra o motor econômico engasgado que leva tão imprudentemente o capitalismo de uma crise a outra, como consequências potencialmente desastrosas para a nossa relação com a natureza e com os outros.” (HARVEY, 2016, pág. 255)

Sob outra perspectiva, Fritjof Capra (1996) apresenta uma compreensão científica sobre “organismos”, “sistemas sociais” e “ecossistemas”, baseando-se em uma nova percepção, ou seja, em uma tomada de consciência da realidade. Capra (1996) explica a mudança do paradigma mecanicista para o ecológico que, no seu pensar, não ocorreu de forma linear ou uniforme, mas sim com “revoluções científicas, retrocessos bruscos e balanços pendulares”. (CAPRA, 1996)

O autor destaca a ênfase no todo, nos níveis sistêmicos, no pensamento de rede, no pensamento contextual e no pensamento processual. Para ele, entender as coisas sistemicamente significa colocá-las dentro de um contexto de um todo mais amplo, estabelecendo a natureza das suas relações. Pois, a concepção de rede compreende não

só os ecossistemas, mas a própria natureza da vida. Visto que todo pensamento sistêmico é pensamento contextual, logo, para se explicar a natureza da vida, deve-se considerar o seu contexto. (CAPRA, 1996)

Analisando esta ideia e relacionando com o debate sobre cidades sustentáveis, para se pensar a cidade e o acontecer da vida do município, é necessário o entendimento sobre a relação e conectividade com tudo que existe na “teia da vida”.

Assim sendo, todo pensamento sistêmico é um pensamento ambientalista. Na ciência sistêmica, toda estrutura é vista como “manifestação de processos subjacentes”. O pensamento sistêmico é sempre um pensamento processual. Capra (1996) mostra que há elementos que surgem apenas quando vemos a totalidade. (CAPRA, 1996)

Capra (2006) entende que podemos criar um mundo sustentável seguindo o modelo dos ecossistemas da natureza, conhecendo os princípios básicos da ecologia, a própria linguagem da natureza. Para ele, a teoria dos sistemas vivos é a forma mais “apropriada” para entender a ecologia. (CAPRA, 2006)

Para entender os princípios da ecologia, se faz necessário uma nova maneira de ver o mundo, especialmente sobre relações, conexões e contexto. Os sistemas vivos são “totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às suas partes menores”, devem ser entendidos apenas dentro do contexto do todo. Explicar sob perspectiva de contextos significa explicar em termos dos ambientes que as envolvem, tornando todo pensamento sistêmico em um pensamento ambiental. (CAPRA, 2006)

Por meio da aplicação da teoria dos sistemas, podemos identificar conceitos essenciais que descrevem os padrões e os processos pelos quais a natureza sustenta a vida. Esses conceitos são o início da criação de comunidades sustentáveis (CAPRA, 2006). A natureza, conforme Capra (2006), já aponta e demonstra que os sistemas sustentáveis são relativamente possíveis, quando há presença da sociedade civil organizada efetivamente participativa.

Ademais, Harvey (2016) apresenta perspectivas de um futuro a partir do humanismo revolucionário, ao questionar que tipo de humanismo precisamos criar para estar no mundo e fazer dele um lugar diferente com pessoas diferentes, através de uma perspectiva anticapitalista.

Entendo que, sistemas sustentáveis possíveis. No Brasil, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), denominação oficial da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, cumpre

o papel de abordar direta e indiretamente entre outras questões, a da habitação, transporte coletivo, saúde, educação, segurança, e qualidade socioambiental, apontando também para a adoção de diretrizes gerais para que a política de desenvolvimento urbano seja executada, com a prática do planejamento e da gestão, de forma democrática e participativa com o envolvimento da sociedade civil de forma organizada, contribuindo, de certa forma, para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o 11.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo a problemática deste artigo, não existe possibilidade total de relacionar o capitalismo com o conceito de sustentabilidade, a partir do que se pensa o ODS-11 e o Estatuto da Cidade, por exemplo, visto que o capitalismo apresenta contradições e distorções distributivas nos municípios e nas cidades. É necessário subverter essa lógica.

A contradição se apresenta no desenvolvimento desigual a partir da produção de um espaço/paisagem absolutamente carregados de capital, na atualização constante de empreendimentos ao mesmo tempo em que as ocupações e os espaços subalternizados também se reproduzem.

Dessa forma, o entendimento é que ao relacionar sustentabilidade e capitalismo não se empreende a representatividade da coletividade civil, os interesses populares, mas sim o interesse do capital, de quem detém os meios de produção e reprodução do capital, de um sistema que se expande e perpetua de forma cada vez mais enraizada nas cidades, por meio de suas políticas que regulam e dão legitimidade ao sistema.

Conclui-se que, não há o que se falar sobre a produção do espaço urbano, sem relacionar aspectos socioambientais ou sem, verdadeiramente, incluir o meio ambiente, a sociedade organizada e tudo que nela existe. Para se pensar a cidade e o município, deve-se considerar o todo dentro dos aspectos econômicos, sociais e ambientais, no sentido de criar formas criativas e justas de construir e habitar, o que não inclui o atual contexto de gestão do território capitalista.

O desenvolvimento da democracia popular passa pela participação organizada e direta dos habitantes da cidade e do município nos processos decisórios de planejamento

e gestão local. O impacto sustentável na sociedade toma forças para mudar o mundo e, uma alternativa atual é o efetivo cumprimento da Agenda 2030 e dos ODS, especialmente o de número 11.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco – Rumo a outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2ª Ed, 2011.

BRASIL. **Lei n o 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências (Estatuto da Cidade), Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 22. Jul. 2022.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova concepção científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CAPRA, Fritjof. **Falando a linguagem da natureza: Princípios da sustentabilidade**. In: STONE, M. K. & BARLOW, Z. (Org.) Alfabetização ecológica: A educação das crianças para um mundo sustentável. São Paulo: Cultrix. 2006.

HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

KEMPF, Hervé. **Como os ricos destroem o planeta / Hervé Kempf; tradução: Bernardo Ajzenberg – São Paulo, Globo 2010.**

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Os 17 objetivos do desenvolvimento sustentável**. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 22.Jul. 2022.

PALAVRA CIDADE: DIVISÕES TERRITORIAIS. **Origem da Palavra**, 2012. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/cidade/>. Acesso em: 12. Mai. 2022.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos; 203).

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. **Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável**. Cadernos EBAPE.BR, v. 10, n. 3, p. 569-583, 2012.